



O POLÍTICO NA EDUCAÇÃO: os objetos ideológicos e o sentido dividido no discurso sobre a Base Nacional Curricular Comum

Wellton da Silva de Fatima¹

“A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão”. (Paulo Freire)

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo abordar a noção de objetos ideológicos a partir do aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, mais especificamente aquela filiada aos domínios inaugurados por Michel Pêcheux (2014 [1969]; 1995 [1975]), na França, e desenvolvida por diversos outros autores, também no Brasil. Para tanto, mobilizamos o conceito de ideologia, reconsiderado do ponto de vista da linguagem (ORLANDI, 2013) para compreender como se produzem sentidos para determinados referentes discursivos como a *educação*, produzindo-se, dessa forma, sentidos a partir de determinadas posições.

A presente investigação surge, portanto, a partir de inquietações com relação às mudanças em curso no cenário nacional brasileiro com relação às políticas educativas. Mais especificamente, interessa-nos, teoricamente, os efeitos da adoção de políticas não consensuais mediante a opinião pública, as quais dispuseram, para seu estabelecimento, do apoio de propagandas de diversas mídias: televisiva, radiofônica, virtual, etc.

Buscando concatenar tais inquietações e, de algum modo, perseguindo algo que representasse as mudanças postas em curso pelo atual governo federal, elencamos para análise o anúncio, feito por Mendonça Filho – então Ministro da Educação – no

¹ Doutorando em Linguística pelo IEL/UNICAMP, sob orientação da Prof. Dra. Mônica Graciela Zoppi Fontana. Mestre em Estudos da Linguagem pela UFF. Graduado em Letras/Português/Literaturas pela UFRRJ.

momento do lançamento da Base Nacional Curricular Comum, a BNCC. Anúncio este que circulou amplamente nos canais de TV aberta e, também, nas redes sociais, inclusive as oficiais do governo.

Tendo em vista o nosso corpus e a teoria que nos ancora, dividimos este trabalho da seguinte forma: além desta introdução, trazemos, em seguida, alguns tópicos e conceitos importantes da Análise de Discurso; trazemos, posteriormente, nossas breves análises a partir do pronunciamento do então Ministro da Educação; e, por fim, fazemos algumas considerações parciais a cerca dos resultados que temos encontrado no decorrer desta pesquisa.

2 A ANÁLISE DE DISCURSO: O POLÍTICO E O IDEOLÓGICO

A Análise do Discurso surge na década de 1960, na França, propondo diversas rupturas com as abordagens de tratamento textual que vigoravam até então. A Análise do Discurso diferencia-se de outras disciplinas de interpretação ao deslocar a pergunta básica de interrogação do sentido do texto de ‘o que esse texto quer dizer?’ para ‘como funciona este fragmento de linguagem?’. De acordo com Mariani (1996)

A AD se propõe a discutir e a definir a linguagem e a natureza da relação que se estabelece com a exterioridade, tendo em vista seu objetivo principal de compreender os modos de determinação histórica dos processos de produção dos sentidos na perspectiva de uma semântica de cunho materialista. (MARIANI, 1996, p. 21)

Partindo da noção de discurso como “efeitos de sentidos (e não transmissão de informação) entre os interlocutores” (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 82), a Análise de Discurso é o aparato teórico-metodológico elencado para esta análise, pois, nessa teoria, o sentido se produz na relação entre língua e ideologia, condições necessárias para se pensar teoricamente a produção de um pronunciamento em que a questão ideológica – também em função do contexto político atual – mostra-se de maneira muito pungente.

Tendo em vista essa definição de discurso, e também a supracitada relação entre língua e ideologia podemos nos assegurar de que “[...] diferentemente da análise de conteúdo, a Análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro

lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?” (ORLANDI, 2013, p. 18).

Alinhados ao que teoriza Orlandi (2013), compreendemos que “o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos”. (ORLANDI, 2013, p. 47).

De acordo com Orlandi, “um dos pontos fortes da Análise de Discurso é re-significar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem”. (ORLANDI, 2013, p. 45). Desse modo, incidimos nosso olhar sobre os enunciados produzidos por Mendonça Filho tendo em vista o funcionamento da ideologia e a maneira como, também pela ordem da língua, seus dizeres tendem a produzir um certo sentido, sem, aos olhos do analista do discurso, deixar escapar outros.

Trata-se, portanto, de uma abordagem teórica que se debruça sobre a interpretação. Para nós, interpretar está para além da simples decodificação de unidades de uma língua. A interpretação está relacionada ao modo como a história intervém sobre a língua, produzindo seus efeitos. Além disso, dada a interpelação ideológica, o sujeito, ao interpretar, ao mesmo tempo nega a interpretação (ORLANDI, 2013, p. 46), isto é, pelo efeito de evidência daquilo que está sendo dito, o sujeito julga não estar interpretando quando é justamente disso que se trata, pois “[...] diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer?” (ORLANDI, 2013, p. 45).

Nesse movimento, quase automático, de atribuição de sentidos a um determinado objeto simbólico está inscrita a possibilidade de o sujeito interpretar algo de uma forma ou de outra forma, a depender da maneira como a ideologia o afeta. É aí que se encontra o político, pensado como divisão dos sentidos (ORLANDI, 2013), fazendo com que um outro efeito de sentido possa sempre vir à tona, produzindo-se outras significações para um determinado enunciado. Para Orlandi,

[...] a Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. (ORLANDI, 2013, p. 26)

É importante ressaltar que, para a Análise de Discurso, “[...] ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro.” (ORLANDI, 2013, p. 47). Nossa preocupação em fazer tal ressalva se dá em face da circulação do termo ideologia no senso comum, pelo qual se costuma classificar como ideologia somente aquilo que vem do outro e que, por ventura, incomode, negando, o sujeito, estar também sob o funcionamento da ideologia.

Remetendo essa questão especificamente ao nosso corpus, interessa-nos compreender como, pelas condições de produção do discurso, o brasileiro médio comum pode interpretar os dizeres do ministro, tendo em vista os processos de filiação ideológicos pelos quais passou. Isso porque “para pensarmos a ideologia, nessa perspectiva, pensamos também a interpretação. Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante.” (ORLANDI, 2013, p. 47). É desse modo que compreendemos que “[...] a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições.” (IDEM).

A Educação é, na perspectiva da Análise de Discurso, produto dessas relações entre sujeitos e mediada pela maneira como a ideologia intervém nos processos de semantização do mundo. Ela é, no entanto, não mero produto da ideologia, mas também uma de suas formas de realização, tal como propõe Althusser (1998 [1974]) em seu célebre artigo a respeito da ideologia.

Para pensar a Educação e um de seus principais espaços, hoje, de realização, a escola, precisamos ter em vista as condições de produção que resultam no discurso sobre a educação atualmente, perpassando suas funções, objetivos e, principalmente, as memórias que a engendram. De acordo com Pfeiffer (2011):

É por isso que podemos pensar a escola sob o efeito de um sentido republicano que a estabelece como o lugar de preparação e de evidência de qualidades dos homens que disputam, e já não mais herdam, lugares sociais. Mais do que isto, a escola é responsável por criar uma unidade cívica a partir de uma pluralidade cultural. (PFEIFFER, 2011, p. 150)

Sendo a escola mediada pela política e, portanto, pungentemente passível ao político como divisão dos sentidos, é o processo ideológico que determina o sentido

que se tem sobre a Educação em um determinado contexto, fato que “as políticas públicas, como qualquer ação humana, são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do estado em que têm curso” (AZEVEDO, 2004). Tratam-se aqui, das condições de produção do discurso, que intervêm no processo de significação a depender do modo como funciona a ideologia, atuando sobre o político existente nas relações semânticas do sujeito com o mundo.

3 BREVES ANÁLISES

Como dissemos, as breves e iniciais análises que aqui apresentamos incidirão sobre o pronunciamento de Mendonça Filho, Ministro da Educação do Governo Michel Temer, a respeito do lançamento da Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

A BNCC é um documento oficial do Ministério da Educação que tem como objetivo nortear aquilo que é ensinado/aprendido nas escolas de todo o país. Pretende-se, portanto, que o documento seja um referente para a elaboração de currículos em suas especificidades mais locais: regionais, sociais, etc.

A Base tem sido anunciada amplamente como um documento democrático. A defesa desse ponto de vista se dá pelo argumento – por parte do governo – de que, durante a fase de elaboração, o Conselho Nacional de Educação recebeu cerca de 600 colaborações advindas de audiências públicas que aconteceram por todo o território nacional. Não há, apesar disso, maiores detalhes sobre como se deram essas colaborações.

Especificamente em se tratando do vídeo veiculado no anúncio do lançamento da BNCC, ele surge em um momento crítico, no que tange à agenda, do governo de Michel Temer: apesar de ter aprovado, a toque de caixa, a reforma trabalhista, a reforma da previdência não se embalou em meio a escândalos de corrupção e denúncias que enfraqueceram o governo. Estritamente sobre as medidas educativas, a famigerada Reforma do Ensino Médio, também aprovada sem a devida participação popular, embora tenha sido amplamente veiculada como benéfica pela mídia de apoio do governo, não obteve efeitos positivos na visão dos

brasileiros, muito em função de ter sido rapidamente contestada pela maioria dos profissionais de educação.

É nessa direção que sincronizamos nosso olhar para o vídeo em questão. Ao que as condições de produção indicam, ele comparece como mais uma tentativa de legitimar as ações do governo – na educação, mas não somente – e, por isso, apresenta-se como propaganda. Tendo isso em vista, pelo funcionamento da ideologia, a Educação – e também outros elementos de seu campo semântico – inscreve-se, discursivamente, como um objeto ideológico.

A partir da Análise do Discurso, buscamos perceber como se dá a investidura de sentido para a educação no discurso do então governo federal, por meio de seu porta-voz – o ministro – e, desse modo, como se materializa um objeto ideológico, diante do funcionamento da ideologia; e, tensionando-se com a linguagem, da existência do sentido dividido.

No vídeo, o Ministro trata de diversos assuntos, produzindo então um texto. No entanto, não é o texto que nos interessa teoricamente, sendo ele a unidade de trabalho do analista (ORLANDI, 1984), mas o discurso que se produz a partir dos enunciados que o constituem e das relações de encaixe e seleção vocabular que produzem determinados efeitos de sentido. É por isso, que trabalhamos com a ideia de recorte (ORLANDI, 1984) de sequências discursivas. O recorte, portanto, é “uma unidade discursiva”, isto é, “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte e um fragmento de uma situação discursiva”. (ORLANDI, 1984, p. 14).

Recortamos uma questão de nossas questões para analisar neste texto². Tal questão se dá entre as sequências discursivas (SD) 1 e 2, nas quais comparecem os sentidos para “aprendizado”, que pelo campo semântico associação às ideias de escola e educação que temos discutido nesse trabalho.

Vejamos, então, as sequências discursivas:

² Esse texto é um desdobramento da apresentação do Simpósio Coordenado do SEPLEV. Agradeço os comentários e sugestões da Professora Doutora Belmira Magalhães (UFAL).

SD1: Boa noite. Hoje é um dia histórico para a educação do nosso país. O Brasil terá, a partir de agora, a sua primeira base nacional comum curricular para a educação infantil e o ensino fundamental. Com isso, nos alinhamos aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo. A base nacional estabelece um conjunto de conhecimentos essenciais e indispensáveis às crianças e aos jovens em cada etapa da educação básica.

SD2: Isso significa que um aluno do Piauí terá acesso ao mesmo aprendizado que o aluno de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Amazonas ou de Pernambuco.

Como forma de adentrar ao processo discursivo sobre o qual nos debruçamos, baseado nos dizeres da SD1, podemos nos perguntar o que significa “alinhar” no discurso do ministro? Alinhar seria, por exemplo, o ato de oferecer o mesmo material? Ou de outro modo, o alinhamento aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo demandaria outros elementos?

Assim como a forma lexical “alinhamos” comparece pela possibilidade de ser um sentido dividido nos dizeres do ministro, muitos outros referentes discursivos que ali se materializam também o são.

Ao jogar com a noção de “dia histórico”, o sujeito, na posição de defesa do governo, joga com as condições de transformação/revolução/mudança com as quais o sujeito-eleitor está habituado. Vale lembrar que o vocábulo “mudança” é constantemente retomado e repetido no discurso político, produzindo, via de regra, o efeito de sentido de movimento necessário, seja para um campo político-ideológico, seja para outro. Desse modo, esse “movimento necessário” funciona discursivamente no efeito de relevância, de importância pelo lançamento da BNCC.

“Dia histórico”, no entanto, é um objeto passível de divisão. Isso porque, a depender da posição ideológica ocupada pelo sujeito que interpreta esses dizeres, tal mudança pode ser significada de maneira diferente daquela que pretende o ministro, em sua posição sujeito, que anuncia a Base Nacional como um grande acontecimento positivo. Isso fica patente quando nos deparamos, por exemplo, com diversas manifestações de professores em redes sociais imediatamente após o pronunciamento, contestando a validade da implementação da Base e os supostos benefícios que o ministro vem anunciar. Enquanto, de sua posição ideológico, o Ministro joga com o sentido de “dia histórico” em uma perspectiva positiva, esse

mesmo sintagma comparece como um “dia trágico” (que não deixa de ser histórico) para outros sujeitos.

A despeito disso, o funcionamento do pronunciamento na mídia produz determinados efeitos, principalmente para o brasileiro médio comum, que não está a par mais intimamente das discussões acerca dos impactos de tais mudanças anunciadas no seu próprio cotidiano. Isto é, apesar de ser passível de divisão, essa noção de “um momento histórico, no qual ocorre um grande acontecimento”, conjuga-se à maneira como a noção de “alinhar” está inserida nos dizeres do ministro, produzindo-se um efeito de verdade que possibilita uma evidência: ao lançar a BNCC, a partir do grande acontecimento de hoje, teremos as mesmas condições de promover a educação que outros países internacionalmente conhecidos pelo seu sucesso educacional.

Em busca especificamente da compreensão da maneira como referentes discursivos do campo semântico educacional surgem como objetos ideológicos, possibilitando a abertura para o político no contato com a ordem da língua, direcionamo-nos para a maneira como o objeto “aprendizado” é significado a partir da SD2.

O “aprendizado” na fala do ministro parece consistir em “ter acesso ao mesmo currículo”. Alguns reconhecidos teóricos sobre a questão do ensino-aprendizagem, no entanto, discordam dessa formulação, apresentando outras ideias: a aprendizagem depende, também, discursivamente falando, das condições de produção.

Nesse sentido, podemos nos questionar se é possível, de acordo com as condições materiais de existência, que todos os alunos do município de São Francisco de Assis do Piauí, interior do estado do Piauí, com índice de desenvolvimento humano de 0,485, tenham as mesmas condições de “aprendizado” de um aluno do município de São Caetano do Sul, no estado de São Paulo, com IDH de 0,811, isto é, quase o dobro, apenas tendo acesso ao mesmo currículo, aos mesmos conteúdos.

Também a título de questionamento, a partir de outra posição-sujeito antagonicamente posicionada a do ministro, podemos nos indagar sobre como, por

exemplo, o lançamento da BNCC impactará a formação dos professores, elemento indispensável para se definir o que é aprendido; ou como serão implementados os recursos didáticos que dependem de verbas específicas como laboratórios de informática, recursos impressos de apoio ou recursos interativos, os quais também influenciam naquilo que os especialistas em educação tem compreendido como aprendizagem.

Notamos, portanto, que a aprendizagem, no dizer do ministro, apesar de revestido de efeito de verdade, descarta a participação dos professores, as condições das salas de aulas, a própria subjetividade do aluno e diversos outros elementos que não podem vir à tona na fala do ministro sob a pena de colocar que cheque o efeito de verdade que se constrói em seu pronunciamento. Produz-se, desse modo, um apagamento ideológico desse outro sentido sobre o aprendido, insurgindo-se comente aquele que considera o “aprendizado” fora de suas condições materiais.

É desse modo, que temos afirmado que o “aprendizado” enquanto um objeto do campo semântico da educação, é investido de um efeito de verdade na fala do ministro como um objeto ideológico, mas quando confrontado às contradições pelas quais se apresenta, demonstra pouca viabilidade de se tornar uma prática, dadas as condições materiais de realização.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho, à luz da Análise de Discurso de linha francesa, fizemos um breve percurso inicial sobre os processos discursivos que se materializam no pronunciamento do Ministro da Educação do Governo Michel Temer, Mendonça Filho.

Pensando o funcionamento da ideologia e a abertura para o político na linguagem, analisamos, brevemente, a maneira como os sentidos para alguns referentes discursivos do campo semântico da Educação são significados a partir de uma determinada posição ideológica, afetada pelo político de uma maneira específica.

Enredado por uma trama discursiva projetada para a deseja do lançamento da Base Nacional Curricular Comum, vimos que o pronunciamento do ministro tente a

significar a educação, e outros elementos a ela apensos, metonimicamente pelo material e pelo conteúdo que é oferecido às escolas, descartando as condições de produção para que se dê, de fato, o aprendizado.

Questionamos, portanto, do ponto de vista da política pública, sobre como essa dissimulação de referentes discursivos do campo educacional pode produzir efeitos, tendo em vista as diferentes condições materiais de existência que compõe o vasto e plural conjunto da educação brasileira atual nos diversos estados das cinco regiões do nosso país.

Temos compreendido que, para além de um pronunciamento de um lançamento, tais dizeres se propõe a inaugurar e quiçá engendrar uma memória por meio do sentido de algo histórico, memorável. Vimos, no entanto, que esse sentido não é absoluto na medida em que encontra resistência de diversos setores, principalmente daqueles alinhados a outro segmento ideológico e, com efeito, comprometidos com a pauta da educação em uma abordagem que leva em consideração as condições dos alunos nas escolas.

Por fim, salientamos que essa é uma análise inicial, que se desdobrará em breve. Reiteramos também, além disso, que o fazer em Análise de Discurso é sempre um fazer teórico pontual, de modo que essa análise é apenas uma dentre diversas outras possíveis.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**, Biblioteca de Ciências Sociais, Liv Martins Fontes, Brasil, 1998 [1974].

AZEVEDO, J. M. de Lins. **A Educação como Política Pública**. 3ª. Edição. Campinas: Autores Associados, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Análise De Discurso: Princípios e Procedimentos**, 11 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar? *In Linguística: questões e controvérsias*. Uberaba: FIU, 1984.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux, Editora da Unicamp, 2014 [1969].

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995 [1975].

PFEIFFER, C. C. Políticas públicas: Educação e Linguagem. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, 53(2): 149-155, Jul./Dez. 2011.